

A DEMOCRACIA APOLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE SEGUNDO JACQUES RANCIÈRE

APOLITICAL DEMOCRACY IN CONTEM-
PORARY SCENARIOS ACCORDING TO
JACQUES RANCIÈRE

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v13i1.57648>

Luis Felipe Garcia Lucas*
Universidade Estadual de Londrina

<http://lattes.cnpq.br/9096808748252152>
<https://orcid.org/0000-0002-9712-7651>
prof.felipecontato@gmail.com

* Doutorando na Universidade Estadual de Londrina (UEL), na linha de pesquisa de Conhecimento e Subjetividade.

RESUMO

Rancière demonstra que, desde o princípio, política e democracia estão intrinsecamente relacionadas ao conceito de dissenso, dessa forma, é necessário repensar a maneira pela qual esse dissenso é aplicado no meio da comunidade. As democracias contemporâneas se levantam sobre uma bandeira do consenso e da abolição do dissenso, com um discurso em defesa das partes que constituem a sociedade, porém, ao mesmo tempo, eliminando a possibilidade de que aqueles que não têm uma parte possam se manifestar e reivindicar sua participação no meio público. Rancière observa que as democracias atuais são contraditórias e falsas, pois buscam anular a possibilidade de existência da prática participativa, enquanto acreditam que devem abolir o dissenso e o litígio do meio social. Essas falsas democracias são fundamentadas sobre uma estrutura oligárquica na qual poucos têm o real poder político.

Palavras-chave: Democracia. Dissenso. Política. Desigualdade. Desentendimento.

ABSTRACT

Rancière demonstrates that, from the beginning, politics and democracy are intrinsically related to the concept of dissent. Therefore, it is necessary to rethink the way in which this dissent is applied within the community. Contemporary democracies often promote consensus and the elimination of dissent, claiming to defend all parts of society, while simultaneously excluding those who lack power from expressing themselves and demanding participation in the public sphere. Rancière observes that these democracies are contradictory and false, as they seek to negate participatory practice while claiming to abolish dissent and litigation in the social environment. These false democracies are founded on an oligarchic structure in which only a few possess real political power.

Keywords: Democracy. Dissent. Politics. Inequality. Misunderstanding.

INTRODUÇÃO

Jacques Rancière, no decorrer de sua obra, propõe uma releitura conceitual da democracia e da política, as relacionando a práticas que se afastam das leituras tradicionais, que se baseiam em questões puramente burocráticas e institucionalidades. Rancière relaciona a prática política aos conceitos de dissenso, desentendimento e de litígio.

O conceito de política passou a ter uma percepção com pouca profundidade pelas pessoas comuns^I, optaram pela facilidade oferecida pelo afastamento do âmbito político em vez da discussão complexa que rodeia tal ambiente. Entendendo que a política se distanciou de sua premissa original, Jacques Rancière desenvolve uma visão crítica sobre o ato de afastamento do agente social do meio político (Rancière, 2005) ou público.

Esse ato de se afastar representa uma renúncia à própria voz e a participar ativamente do meio público, delegando essa função para um terceiro ente, que representaria a sua vontade, desejos e opiniões. Ocasionalmente o afastamento do sujeito do meio político e o desenvolvimento do desinteresse pela questão política, nas democracias, os seus integrantes tornaram-se agentes *apolíticos*^{II}, ou seja, que não se preocupam com a

I Acreditamos ser importante ressaltar a utilização do conceito ‘pessoas comuns’. Quando optamos por utilizar o termo não pretendemos pensar sobre uma noção separatista ou mesmo pejorativo, mas naqueles que não direcionam sua atenção a questão política, ou quando o fazem é de forma ínfima. Dessa maneira acabam por se afastar cada vez mais da política, pois acreditam que essa é uma área muito complexa, exaustiva ou até monótona. Sendo assim, não gera um real interesse em pensar ou discutir sobre ela, ou sobre um significado mais aprofundado.

II Ao escolhermos utilizar o termo *apolítico*, buscamos trazer ao leitor a aplicação total do conceito, a negação da política é a busca pela abolição total do dissenso, do desentendimento, da democracia e da própria política. O termo representa a anulação de toda e qualquer possibilidade de uma reestruturação política, seja institucional, individual ou estética. Dessa forma, a pós-democracia apolítica é o fim da política e da democracia, dando lugar a uma estrutura oligárquica.

prática política, nem buscam realizá-la, mas passam a ser avessos a esta, buscando anulá-la em prol de uma estrutura imóvel e estática.

A estrutura da pós-democracia é caracterizada pela formação de sujeitos *apolíticos*, ou seja, a pós-democracia objetiva eliminar o *dissenso* e o *desentendimento*. O *dissenso* e o *desentendimento* são fundamentais para que exista a política e a democracia, segundo a leitura Rancière, quando eles são eliminados, também se anula as possibilidades na qual os grupos oprimidos e marginalizados possam reivindicar que sua voz seja ouvida e que sua participação no meio político possa ser reconhecida. A pós-democracia é por natureza uma estrutura *apolítica*, pois elimina tanto a política quanto a democracia.

A rejeição da participação política é um traço das estruturas políticas contemporâneas, problemática na qual este texto se atentará. Rancière rotula as estruturas contemporâneas como falsas democracias e contrárias à sua proposta original. Esse afastamento da sua proposta original direcionou as democracias contemporâneas a se tornarem estruturas que eliminaram a ação política em seu interior.

SOBRE A POLÍTICA, A AÇÃO POLÍTICA

Segundo Rancière, a política é uma produção de um ambiente simbólico que possibilita a participação de todos os integrantes de uma comunidade no meio político (Rancière, 2016), esse ambiente simbólico proporciona o surgimento da ação política, ou seja, o ato de falar e ser ouvido, ser reconhecido como um integrante da comunidade. O ato político se caracteriza como a ação de reivindicação de reconhecimento no espaço político. Este espaço de reconhecimento é o que deve ser entendido como a política e o local para exercê-la (Rancière, 1995). O autor estabelece a existência de uma relação intrínseca entre a política, a polícia e a ação política — o primeiro e o terceiro terão a maior porcentagem da atenção dedicada no texto do que o segundo conceito.

Quando se escreve sobre o conceito de política, é necessário ater-se àquilo que Rancière entende como a política. Segundo Rancière ela é a manifestação do espaço para a reivindicação e participação de todos os agentes, ou seja, ela é o espaço para a confirmação do ato político, ou da democracia, espaço esse que seria o local de verificação da existência do reconhecimento do valor de todos os integrantes de uma determinada comunidade. Para que não ocorra a confusão entre a política, filosofia política e a polícia voltemos ao escrito de Rancière. Conforme o autor:

A política – voltaremos a isso – é a atividade que tem por princípio da igualdade, e o princípio de igualdade transforma-se em repartição das partes de uma comunidade ao modo de um embaraço: em que coisas existe e não existe igualdade entre quem e quem? O que são essas ‘coisas’, quem são esses ‘quem’? Como igualdade consistem em igualdade e desigualdade? Este é o embaraço da própria política, através do qual a política se torna um embaraço próprio para a filosofia, um objeto da filosofia (Rancière, 1996, p. 09)^{III}.

Na percepção do Rancière, a política possui seu próprio objeto de discussão enquanto não possui um objeto específico. A política se refere à existência ou não da igualdade entre os entes, ou os “quem”, ou seja, os agentes que são os protagonistas e a plateia do cenário político, contudo, ela não se volta à formação ontológica destes sujeitos, essa é uma preocupação da filosofia política (Rancière, 1995). Da mesma forma, a política não se preocupa em realocar esses sujeitos dentro das estruturas sociais já estabelecidas, essa é uma preocupação da polícia (Rancière, 1995). A política se volta ao espaço para a ação de reivindicação.

III No original: “La politique – on y revendrait – est l’activité qui a pour principe l’égalité, et le principe de l’égalité se transforme en répartition des parts de communauté sur le mode d’un embarras: de quelles choses y a-t-il et n’y a-t-il pas égalité entre quels et quels? Que sont ces “quelles”, qui sont ces “quels”? Comment l’égalité consiste-t-elle en égalité et inégalité? Tel est l’embarras propre de la politique par lequel la politique devient un embarras pour la philosophie, un objet de la philosophie” (1995, p. 11).

A formação identitária dos sujeitos é um *embaraço* da filosofia política^{IV}, enquanto a política é o espaço para a verificação dessa identidade e, se for necessário, se torna um espaço de desidentificação (Rancière, 1995).

REPENSANDO A AÇÃO POLÍTICA E SEUS AGENTES NAS ESTRUTURAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

Rancière separa os agentes políticos em três ‘grupos’, os que estão sobre o palco, os que estão na plateia e aqueles que se encontram fora do espaço de ação do palco, aqueles que não estão sobre o palco e nem assistem na plateia. Sendo assim, parte-se para o seguinte questionamento: de que maneira a igualdade e a desigualdade se sustentam sobre a cena proporcionada pela estrutura democrática? Quem são seus agentes e como é dividida a sociedade entre aqueles que têm seu papel estabelecido e aqueles que não têm uma função reconhecida nesse espaço de participação social?

A questão sobre a validação daqueles que têm ou não o direito de reconhecimento para a participação no meio social é o questionamento fundamental para entender a distinção entre a política e a filosofia da política. A política se torna um objeto de discussão da filosofia quando ela é tirada do campo da prática para a questão da existência de um fator ontológico sobre o ato político. Entretanto, a visão do autor não

IV Contudo é necessário compreender que Rancière, de forma alguma, nega a importância da filosofia política, muito pelo contrário, Rancière é um dos grandes nomes contemporâneos nesta área. Contudo, Rancière produz essa separação entre política e filosofia política para que não ocorra uma confusão conceitual e atrapalhe o desenvolvimento dos campos. A política deve proporcionar o espaço, enquanto a filosofia política deve se preocupar com a formação da identidade e o reconhecimento dos agentes que estão inseridos neste espaço. Entretanto essa discussão se mostra extensa e com pontos de crítica a filosofia de Rancière, contudo esse texto não tem esse objetivo nem mesmo espaço o suficiente para comportar essa discussão. Desejamos retornar a ela posteriormente em um outro trabalho.

ressalta um sentido ontológico para a política, mas, sim, de uma relação de causa e efeito entre elas:

A democracia é a situação específica em que há uma ausência de qualificações que, por sua vez, se torna a qualificação para o exercício de um arco democrático. O que é destruído nesta lógica é a qualidade particular da arca, sua duplicação, que significa que ela sempre se precede dentro de um círculo de sua própria disposição e seu próprio exercício. Mas este estado excepcional é idêntico à própria condição para a especificidade da política em geral (Rancière; Panagia; Bowlby, 2001, p. 04, tradução nossa)^V.

A crítica do Rancière vai contra a busca por um significado ontológico para a política. Essa não é a preocupação da política, mas é o objetivo de análise da filosofia política. A política procura entender a relação dos seres entre si e dentro da sociedade, no campo de participação e de reivindicação dos sujeitos, o meio público (Rancière, 2014). Esse espaço público é entendido como o campo da compreensão da existência do ciclo de causa e efeito do ato político (Rancière; Panagia; Bowlby, 2001)^{VI}. A ação, para poder ser chamada de política, precisa ser um ato de dissenso, essa disputa formal das partes que resultará em um *desentendimento*, dentro do próprio campo proporcionado pela política (Rancière, 2011), ou seja, precisa gerar o questionamento sobre a estrutura hierárquica vigente, como foi o caso vivenciado por Rancière, em maio

V No original: “Democracy is the specific situation in which there is an absence of qualifications that, in turn, becomes the qualification for the exercise of a democratic arche. What is destroyed in this logic is the particular quality of arche, its redoubling, which means that it always precedes itself within a circle of its own disposition and its own exercise. But this exceptional state is identical with the very condition for the specificity of politics more generally”.

VI Para uma compreensão melhor daquilo que Jacques Rancière entende como política, segundo o pensador francês a política é o espaço – em uma concepção teatral do conceito – que possibilita o desentendimento entre os agentes que compõem a comunidade, é o espaço para ocorrer a redefinição da hierarquia social e o questionamento da ação policial.

de 1968^{VII}. Esse momento também foi um dos momentos-chave para a virada do pensamento político de Rancière.

Pensemos sobre um grupo de funcionários que desejam melhores condições de trabalho e que iniciam um protesto de reivindicação desse direito. Para chamar a atenção de seu empregador, eles optam por realizar um protesto, eles fechariam a empresa. Com isso, transformaram aquele espaço. O que antes era um ambiente de trabalho, torna-se um espaço de reivindicação de valor, um campo de dissenso, de disputa política ou litígio social entre as partes, os que reivindicam seus direitos e aqueles que devem reconhecer e fornecer o direito requerido.

O que antes era um local que tinha por objetivo a produção e a manutenção do sistema econômico acaba por tornar-se um cenário para a realização da política, um palco para a ação política enquanto coloca a estrutura policial de títulos, nomes e valor em questionamento. Este ambiente se tornou um espaço para que o *dissenso* e o *desentendimento* surgissem. *Dissenso* refere-se ao desacordo entre a situação formal das partes. Enquanto *desentendimento* refere-se a não compreensão da situação individual que uma das partes se encontra. Ainda sobre o exemplo acima, o patrão não está de acordo com o pedido de aumento, pois não compreende que a situação dos funcionários é desumana.

VII Rancière acompanhou ativamente o caso de maio de 1968. Os grandes protestos estudantis e os questionamentos referentes à estrutura política francesa e à ascensão dos discursos revolucionários, desenvolvimentos de novos partidos e o questionamento contra a velha política. A partir desses protestos, Rancière começa os seus debates contra Althusser, momento em que começa a se afastar do pensamento de seu mestre e a questionar a validade do marxismo ortodoxo defendido por Althusser e a esquerda. Passa a repensar a ação da esquerda no meio revolucionário e estudantil. Sobre como maio de 1968 é marcante e expressivo para exemplificar o pensamento político de Rancière, segue a observação de Morin (2018, n.p.): “Algo totalmente libertário, mas sempre com a ideia fraternal onipresente. Os jovens combinaram essa dupla aspiração antropológica que surgiu em diferentes momentos da história humana. A importância histórica de Maio de 68 é grande porque manifestou essa aspiração; e também vimos a facilidade com a qual essa aspiração se deixou domesticar. É o que ocorreu também com o comunismo. Supõe um renascer dessa aspiração humana que volta de vez em quando e que voltará novamente sob outras formas”.

Para Rancière, o ato de reivindicação não se torna um ato político somente por reivindicar algo, mas quando confronta o ambiente em que está inserido e propõe uma mudança no seu modo de existir e nas relações que estão dentro daquele espaço. O ato político busca desacomodar e identificar os seus integrantes, em todas as camadas sociais, gerando, desta forma, um ambiente ou um espaço democrático, segundo Rancière:

Uma greve não é política quando exige reformas em vez de melhorias ou quando ataca as relações de autoridade em vez da insuficiência dos salários. Ela o é quando reconfigura as relações que determinam o local de trabalho em sua relação com a comunidade. O lar pôde se tornar um lugar político, não pelo simples fato de que nele se exercem relações de poder mas porque se viu arguido no interior de um litígio sobre a capacidade das mulheres à comunidade (Rancière, 1996, p. 46)^{VIII}.

Desse modo, qualquer ambiente pode se tornar um palco de manifestação política; porém, nem todo palco é em si político, pois, para que ele seja entendido como um espaço político, é necessário expressar um litígio social, um *desentendimento* que se manifesta a partir do confronto e questionamento, levantando a problemática da validade do valor atribuído aos agentes integrantes daquela determinada comunidade quando ocorre a distribuição social feita pela estrutura policial. A distribuição e o reconhecimento devem ser posicionados no centro do questionamento, isto é, qual é o critério de diferenciação e inferiorização daqueles que são entendidos como participantes do meio político e dos que não são? Estaria localizada na condição de nascimento ou talvez de valor cognitivo, racial, de gênero, entre outras características que podem influenciar negativamente a distribuição policial do meio político?

VIII No original: "*Une grève n'est pas politique quand elle demande des réformes plutôt que des améliorations ou s'en prend aux rapports d'autorité plutôt qu'à l'insuffisance des salaires. Elle l'est quand elle refigure les rapports qui déterminent le lieu du travail dans son rapport à la communauté. Le ménage a pu devenir un lieu politique, non par le simple fait que s'y exercent des rapports de pouvoir mais parce qu'il s'est trouvé argumenté dans un litige sur la capacité des femmes à la communauté*" (1995, p. 56).

Esse ponto do pensamento de Rancière tornou-se um campo de críticas, pois, quando estabelece que há critérios específicos para que uma disputa possa ser entendida como um ato político ou como uma manifestação da distribuição policial.

Essa diferenciação entre política e polícia, em conjunto com a afirmação que há requerimentos necessários para a política existir leva a duas perigosas conclusões: i) primeiro, que se a política exigisse esses critérios para ser entendida como “política”, ela poderia ser compreendida como uma ação rara (Rancière, 1995) ou mesmo inexistente^{IX}; e em um ii) segundo problema desta colocação, ela leva a confusão entre a política e polícia. Para Rancière, a distinção entre ambas é de clara percepção: se uma disputa está baseada sobre realocar um grupo acima do outro, é uma reivindicação policial^X, não política, pois isso apenas substituiria o distribuidor e não questionaria o fator de distribuição social nem mesmo provocaria a redistribuição e a recontagem dos integrantes daquela comunidade.

A política é uma relação de disputa e interação entre os sujeitos em uma cena política gerada pelo *dissenso*, um confronto que gera o *desentendimento* entre as partes. Para Rancière:

Por ‘desentendimento’ entenderemos um tipo determinado de situação de fala: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que o outro diz. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não enten-

IX Fato esse que já foi posto em discussão diante do próprio Rancière, esse que também se propôs a responder em seu texto *The thinking of dissensus: politics and aesthetics*, de 2011, no qual afirma que não eleva a política a algo impossível ou até legendário, mas que a vê como ações específicas que necessitam gerar uma mudança em seu ambiente ou uma mudança no curso normal desse ambiente político (Rancière, 2011).

X *Vide* que Rancière (1995) estabelece a existência de uma boa e uma má polícia, contudo não se aprofunda nesta temática.

de o que o outro diz a mesma coisa com o nome de
brancura (1996, p. 10)^{XI}.

A ação política sustenta-se sobre o conceito de *desentendimento*. Esse litígio social não deve ser entendido de forma agressiva, ou seja, pensado como uma guerrilha ou um confronto entre partes antagônicas^{XII}, pois implicaria que um lado é a expressão ontológica de uma verdade objetiva e concreta, enquanto o outro é a manifestação da maldade pura. Essa percepção dualística antagônica transforma o cenário político em um campo de guerra que leva ao desejo de eliminar o inimigo. Contudo, a política deve ser entendida como uma interação entre as partes em prol de reconhecimento e igualdade, não uma disputa entre as partes inimigas em um campo de batalha no qual é necessário que um seja eliminado, como salienta Mouffe (2015)^{XIII}.

A política deve ser entendida como o palco que permite a participação de todos igualmente, recordemos os três grupos citados anteriormente, a política deve ser vista como o espaço que não deixaria ninguém de fora, mas que todos podem, em algum momento, subir sobre o palco e atuar. Por esse motivo, a política se torna o principal campo de batalha onde a voz dos seus integrantes é obstruída pelos gritos de ódio e o desejo por destruição daqueles que possuem parte por aqueles que sofreram com a não contagem como integrantes sociais, os inferiorizados e desvalorizados como participantes inativos e sem o direito

XI No original: “*Par mécontentement on entendra un type déterminé de situation de parole: celle où l’un des interlocuteurs à la fois entend et n’entend pas ce que dit l’autre. La mécontentement n’est pas le conflit entre celui qui dit blanc et celui qui dit noir. Elle est le conflit entre celui qui dit blanc et celui qui dit blanc mais n’entend point la même chose ou n’entend point que l’autre dit la même chose sous le nom de la blancheur*” (1995, p. 12).

XII Empresta-se o conceito de “antagonismos” e o modo que ele é entendido em uma sociedade na qual se fundamenta sobre o ato de antagonizar os diferentes. Conceito usado por Chantal Mouffe (2015).

XIII Referente a essas disputas em um ‘campo de batalha’, segundo Rancière (2016): “Não nos faltam ideais, faltam-nos subjetivações coletivas. Um ideal é o que incita alguém a encarregar-se dos outros. Uma subjetivação coletiva é o que faz com que estas pessoas, juntas, constituam um povo”. Os ideais que nos levam a crer no certo e no errado são fundamentais para a política; contudo, a subjetivação coletiva, a compreensão que há percepções distintas sobre uma mesma questão, é o objetivo principal do desentendimento e da política segundo Rancière.

de serem reconhecidos dentro daquela comunidade. Estes sujeitos se tornam o objeto de ódio, em conjunto com a prática política e o espaço público. Desta forma, são entendidos como um incômodo a serem eliminados antes que reivindiquem uma mudança na estrutura já aceita, na qual os integrantes estão acomodados, e, conseqüentemente, desestruturam a sociedade já existente e “funcional” (Magalhães, 2000). Esses grupos dominantes buscam estruturar sua proposta política com o nome de democracia, mas na realidade objetivam uma estrutura não política, ou apolítica, para que não ocorra de serem incomodados em seu espaço de controle.

A pretensão em pontuar essas questões é de estabelecer uma diferença entre a percepção comum do conceito de política em contraste com a de Jacques Rancière. Enquanto, na perspectiva costumeira, a política é relacionada à estrutura governamental referente às funções sociais, para Rancière, é o palco que proporciona a oportunidade daqueles que não têm voz falarem e daqueles que não têm parte reivindicarem. Dessa forma, esses integrantes podem apresentar o seu ser diante do palco político:

Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada (Rancière, 1996, pp. 40-41, grifo nosso)^{XIV}.

XIV No original: “Il y a de la politique parce que ceux qui n’ont pas droit à être comptés comme êtres parlants s’y font compter et instituent une communauté par le fait de mettre en commun le tort qui n’est rien d’autre que l’affrontement même, la contradiction de deux mondes logés en un seul: le monde où ils sont et celui où ils ne sont pas, le monde où il a quelque chose ‘entre’ eux et ceux qui ne les connaissent point comme êtres parlants et comptables et le monde où il n’y a rien” (1995, pp. 49-50).

Rancière não escreve sobre a política como a ação institucional e a divisão baseada sobre as competências sociais; na verdade, a polícia executa essa função^{XV}. Quando o filósofo francês se refere à polícia, ele está direcionando seu pensamento para o método de distribuição de funções e de papéis dentro da estrutura social, o braço estatal que realizará a divisão das partes do social entre os seus entes, formando uma estrutura hierárquica fundada sobre o valor e a importância. Quem executa essa distribuição é a polícia e não a política (Rancière, 1995), o dever de distribuir os locais e rotular os indivíduos que compõem determinada comunidade é responsabilidade da ação policial, instituição essa que se fundamenta sobre o pretexto de estabilizar e sustentar a ordem, esta que se basearia em um *ethos* social.

Para ocorrer a divisão dos papéis e a contagem das partes dentro do âmbito social, é necessário haver uma rotulação e uma distribuição das partes do corpo social que integram essa comunidade. A função da polícia está em contar, nomear e distribuir as funções entre aqueles que constituem cada parte da sociedade; porém, sempre que houver essa contagem, por consequência, haverá também um dano^{XVI}, uma falha ou um erro (Rancière, 1995). O dano é um equívoco que ocorre no processo de contagem das partes que constituem a comunidade e gera uma possibilidade de prática do litígio social. O desejo de uma política igualitária é uma forma de reparação deste dano (Rancière, 1995). No

XV Rancière, ao falar do conceito de polícia, não faz relação com a ideia comum de polícia, como o soldado ou a sirene; na verdade, ele se volta para uma base conceitual de Foucault. Na visão de Michael Foucault, existem dois níveis de polícia, a baixa e a alta polícia. A primeira seria aquela mais próxima do nosso conceito cotidiano, enquanto a segunda é voltada para uma técnica governamental (Rizzo e Chueiri, 2021). Segundo Rancière (2014), a divisão de valor existe conforme é pensada em sua ação para o bem comum da sociedade. Por exemplo, em uma relação que há entre um aluno e um professor, uma porta um valor distinto, contudo oferece de si para que o meio social tenha uma valorização futura. Quando todos são posicionados sobre a mesma linha, perde-se o respeito.

XVI O conceito de dano, no pensamento de Rancière, já é um objeto de análise destacado pelo autor desde os clássicos gregos, no conceito de *blaberon*, que indicaria um dano sofrido por uma parte causado por outra parte em um mesmo ambiente social (Rancière, 1995).

pensamento de Rancière, a polícia^{XVII} é a estrutura que divide e distribui o papel dos entes dentro da sociedade, mas, como ela erra em sua contagem referente aos seus integrantes, é necessário que a política proporcione o local de ação para aqueles que sofreram com esse dano.

A política, em Rancière, ganhará a característica de ser ocasional, ou seja, ela ocorrerá em casos em que as circunstâncias lhe são propícias para seu desenvolver; caso contrário, não há uma manifestação da política, pois, a estrutura hierárquica não é posta em questionamento e sobre a pauta de alteração. Segundo Rancière, a política não pode ser vista como um conceito ontológico ou ambiente formal e burocrático, mas como a relação do efeito e causa do desejo de alterar o ambiente social. Ambiente esse onde o erro é identificado, e os agentes que sofreram com esse dano reivindicam seu reconhecimento. Entende-se, assim, a divisão da ação política e da ação policial.

Dessa divisão nasce o seguinte questionamento: onde estaria localizada a democracia quando se fala da relação de política e polícia? Segundo Rancière, a democracia tende a se entrelaçar com a própria política, pois elas não podem ser vistas como conceitos opostos e distintos, que estariam separados e se apresentariam, de alguma forma antagônicos. Dentro deste entrelaçamento elas possuem uma relação consubstancial, a ação política é a manifestação da democracia. A democracia não é uma demonstração da igualdade, mas, sim, o meio pela qual ela é comprovada, colocando em questionamento a desestrutura social e produzindo o cenário para a identificação da desigualdade policial nascente

XVII Rancière não estabelece a polícia como o oposto da política, sendo a polícia o mal social. Na verdade, ele afirma a existência de boas e más polícias, ou melhores e piores (Rancière, 1995), porém não trabalhará diretamente sobre a identificação delas. É interessante observar que o pensador estabelece a polícia como a execução da lei e do social, que sempre irá causar um dano no meio social. Podemos entender a polícia como um conceito neutro, em essência, mas que as afirmações que a chamarão de melhor ou pior dependerão do agente social que sofre a sua ação. Uma parte na qual tem seu direito reconhecido não verá a polícia como uma coisa ruim, enquanto a parte que sofreu o dano sim. Podemos chamar de melhor polícia aquela que cometeu o menor dos erros, enquanto a pior a que causou maior dano.

do erro. Há democracia enquanto houver o *dissenso*, o *desentendimento* e o litígio social^{XVIII}.

UMA CRÍTICA À DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA POR JACQUES RANCIÈRE

A percepção da democracia em Rancière é intrínseca à ideia de política, como foi estabelecido anteriormente^{XIX}. A política se sustenta sobre a ideia do litígio social representado no palco da participação social em que as partes se encontram. Resumidamente, é estabelecido que a democracia é a manifestação social desta disputa das partes sob uma forma do agonismo^{XX}, ou seja, uma disputa não antagônica entre os sujeitos que compõem as sociedades. Embora o termo *agonismo*^{XXI} não seja

XVIII A visão de que a democracia se confundira com a própria política fundamentada sobre a desigualdade é o caminho tomado por aqueles conhecidos como os defensores da democracia radical. Estes pensadores enxergam na estrutura democrática fundamentada sobre a disputa das partes o caminho para o desenvolvimento social, pois uma sociedade que abandona a possibilidade de participação e reivindicação de direitos teria abandonado a própria política. Destaque para pensadores como Hannah Arendt e Chantal Mouffe.

XIX Tive a oportunidade de trabalhar esse tema no seguinte artigo, *Rancière e a crise na estrutura democrática contemporânea*, 2023.

XX Referente ao conceito de agonismo, iremos nos utilizar do conceito de Mouffe (2015).

XXI Mouffe define o conceito de agonismo como a questão do conflito entre adversários, não inimigos. Sendo a função da democracia administrar estes conflitos de forma que sustente a existência de ambas as partes sob a regra democrática, ou seja, o agonismo é uma ferramenta de manutenção da democracia. Nesse contexto, o agonismo sustenta a existência de opiniões opostas em um mesmo espaço político. O agonismo de Mouffe se distingue do dissenso de Rancière sobre a constituição do político, o agonismo é um litígio dentro da estrutura política democrática já existente, enquanto o dissenso é a ação que funda a democracia ao romper a ordem *policial* (hierárquica) existente. Portanto, em Mouffe há democracia sem agonismo, pois o agonismo é uma forma particular de conflito dentro de uma estrutura já estabelecida. Enquanto que, para Rancière não há democracia sem que, anteriormente, tenha existido um dissenso prévio e um questionamento da ordem *policial* (hierárquica).

empregado por Rancière, acreditamos haver valor em sua aplicação na obra do pensador argeliano, vide que Mouffe também é uma leitora, e crítica, de Rancière.

Democracia é um efeito causado pela ação política e, por esse motivo, o pensador francês estabelece que a essência da política está afastada de uma ideia ontológica, voltada à ação de causa e efeito (Rancière; Panagia e Bowlby, 2001), que proporciona a possibilidade do dissenso produtor da mudança na distribuição do meio social ou policial^{XXII} (Rancière, 2021).

Discutir a perspectiva de Rancière acerca da relação de causa e efeito que interliga a política e a democracia é útil para entender como o autor percebe a realidade que se encontra por detrás desta relação e o modo que ela impacta diretamente a distribuição do meio policial, gerando, assim, o sentimento de incômodo (Rancière, 2021) e de ódio contra a estrutura democrática (Rancière, 2005). Rancière é um pensador da democracia radical, ou seja, ele vê na expressão democrática o mais proveitoso método de se fazer a política, aquela que pode alcançar as camadas anteriormente isoladas e excluídas do meio político e dar a elas reconhecimento e voz social.

Por este motivo, Rancière (2005) descreve a ação democrática como a única estrutura de governo que pode solucionar os danos causados pela polícia, quando praticada e exercida da forma ideal, por este mesmo motivo ele critica o fato das estruturas contemporâneas se encontram sob o nome de democracia, mas se mostram estruturas oligárquicas apolíticas, negando a política e sua existência no ambiente social.

Segundo Schaap:

[...] Rancière, sem dúvidas, radicaliza e dá propósito para o agonismo quando demonstra que a política de-

XXII Benjamin Arditi (2019), escreve sobre a relação da causa e efeito na política à qual Rancière se volta, nas palavras do comentador: “A alergia de Rancière para com a ontologia reaparece quando ele discute a política como dissenso. A política é demonstração e verificação. É casuística.”

mocrática não consiste, primeiramente, em uma disputa por distinção daqueles que já participam do meio político como iguais, mas relaciona a uma luta sobre aqueles classificados ou rotulados como iguais em primeiro lugar (Schaap, 2021, p. 32, tradução nossa)^{XXIII}.

O ponto de atenção reside na concepção de democracia em Rancière. A maneira como o autor está escrevendo sobre uma estrutura democrática é onde nossa atenção deve ater-se. A democracia deve considerar todas as *partes* e proporcionar espaço para todas disputarem por reconhecimento e direitos, para que aqueles que antes eram excluídos possam declarar a sua insatisfação e o abandono que sofrem, democracia é política, pois democracia é a luta por reconhecimento, onde não há a luta pelo reconhecimento não há política nem democracia. Nos casos das estruturas que renegam o caráter participativo no espaço democrático eles estão abolindo a prática política e a própria política, pois negam o reconhecimento daqueles que estão isolados. Este ato de negação é o que caracteriza as estruturas apolíticas contemporâneas.

Partindo dessa colocação, é importante compreender o significado de divisão das *partes* para Rancière. A divisão das partes é a base da distribuição social feita pela polícia e a fonte produtora do valor de reconhecimento de alguns e do não reconhecimento de outros, a parte que é contada é também socialmente aceita e a que não é contada, são os

XXIII No original: “[...] Rancière arguably radicalizes and gives purpose to agonism by showing that democratic politics does not consist primarily in a struggle for distinction among those who already participate in public life as equals but entails a struggle over who is qualified to participate as an equal in the first place”.

que não são reconhecidos como agentes ativos. Desta forma se cria a dualidade da *parte* e dos *sem-parte*^{XXIV}.

Há uma entrelinha na conceitualização das partes em Rancière: aqueles que possuem a *parte* são reconhecidos socialmente como integrantes ativos, são portadores de valor e estão inseridos na sociedade, independentemente de qual seja a proporção da parte que possuem. Já os *sem-parte* são aqueles que não possuem nenhuma parte no âmbito social ou político, os que necessitam da estrutura democrática e do litígio social, os não reconhecidos como portadores do valor e, consequentemente, que sofreram o *dano* quando a polícia não os contou no meio do todo social. Os *sem-parte* não estão inclusos no hall de membros que podem reivindicar o poder de fala no meio daquela sociedade. Dessa forma, é função da política dar voz para esses que não a possuem, antes chamados de *demos*, mas que, em meio à atualidade, são chamados de não-cidadãos, imigrantes, entre outros (Schaap, 2021).

No pensamento de Rancière, é possível encontrar na estrutura democrática o método de superação da exclusão social e superação da desigualdade. Rancière dá grande importância para a democracia, classificando a democracia não como um método de fazer política, mas como a manifestação da política. Segundo Rancière, o sistema democrático é descrito como a manifestação ideal de uma ação que pode restituir o dano sofrido pelo ente que foi ocasionado pela polícia (Rancière, 1995). Rancière escreve sobre três características fundamentais da democracia: 1) a democracia é definida pela existência de uma esfera de aparência que marca os entes sociais em seu interior; 2) o povo que está dentro dessa esfera não é determinado étnica nem socialmente, mas é um ente

XXIV Na obra *O Desentendimento* (1995), a tradutora Ângela Leite Lopes se depara com esses conceitos. No decorrer do livro, Rancière usou as palavras *part* e *partie*, ambas que correspondem à palavra parte em português. A tradutora, em contato com o autor, resolveu o impasse da tradução colocando *part* como parte e *partie* como “parte” (entre aspas). De forma a nos auxiliar na compreensão do pensamento do autor, trabalharemos a *part* (que é a parte de um todo) como *part*, sem alteração, enquanto a *partie* (a parte que é reconhecida socialmente) trataremos como parte. A escolha para o uso dos conceitos veio por meio da relação e impacto que cada conceito terá ao decorrer do texto. Quando falamos então dos que têm parte e dos sem-parte, falamos do que possuem *partie* e dos que não possuem.

à parte disso; e 3) essa esfera é onde ocorrem os *dissensos* e *desentendimentos*, ou seja, é a esfera democrática (Rancière, 1995).

Quando o pensador francês escreve que a democracia é definida em uma esfera de aparência que engloba os entes em si, é fundamental entender que não está se referindo a um ambiente político, mas a um campo estético que existe como consequência da política. A política é aquela que proporcionou o momento de surgimento do espaço democrático. O ato político em Rancière é ocasional, ou seja, necessita que algo provoque ou incite a sua ocorrência. Sendo assim, ao pensar sobre a concepção de uma esfera para a ação democrática da maneira como Rancière a concebe, ele a alude como um palco no qual os entes se apresentariam em frente a uma multidão que os observa. É um momento ímpar em que aquela parcela da sociedade, antes não vista ou contada, tem a voz para falar e reivindicar sua parte sobre o palco, o ato político é um ato de reivindicação e reconhecimento.

A política é entendida como uma condição de interação entre as esferas individuais dos sujeitos, ou seja, eles se veem como agentes que possuem valor numa comunidade política. A injustiça e o não reconhecimento apresentam-se como desleais e injustos, pois são contrários a existência da política. A justiça e a injustiça não são simples questões de âmbito institucional, mas de caráter comprobatório, ou seja, devem ser questionadas e sua validade deve ser colocada em discussão (Rancière, 1995). O espaço gerado pela política, e validado pela democracia, é o campo de comprovação do reconhecimento institucional estabelecido pela polícia e questionado sobre sua fundamentação, estampando a crise do não reconhecimento gerado pelo dano da distribuição das partes no meio do todo político daquele corpo social.

Observemos a ação de tomar o palco político para si. Aqueles que agora falam não são mais reconhecidos pelo seu título, como foram anteriormente contados e nomeados. Eles se afastaram do papel social previamente estabelecido e do nome que lhes foi dado e pelo qual são reco-

nhecidos naquela sociedade. O agente agora toma um novo nome^{XXV}, desvencilhando-se daquele que antes o rotulava, pois agora ele é portador da oportunidade de reivindicar a parte que lhe foi negada por aquela sociedade. O conceito de “proletário” não é o nome de uma profissão, mas carrega em si um aglomerado de sujeitos sociais que não eram contados socialmente; dessa forma, ele pode falar por todos que fazem parte desses que se identificam como o “proletariado” (Rancière, 1995).

Encontramos na esfera democrática o local onde ocorrem os litígios sociais, ou seja, embates por reconhecimento. Deste modo, entendemos a afirmação de Rancière na qual a democracia é uma expressão da própria política em função da reparação do dano causado pelo erro de contagem da polícia (Rancière, 1995). O autor estabelece que aquilo que fundamentará a sociedade é o litígio, o dissenso e o desentendimento entre as partes, não em modo antagônico, mas em uma perspectiva que ressalta a disputa social, não pelo incentivo ao desejo de abolir a outra parte, mas ter a própria parte reconhecida no meio público. O objetivo não é bélico nem antagônico, mas, sim, agonístico, é um objetivo que busca o desenvolvimento da disputa conceitual que, ao final, preservará ambos os lados de forma conjunta. Não é uma disputa que deseja que uma das partes desapareça, mas que ambas reconheçam o valor social e individual destas partes.

Retornando a atenção para uma estrutura política baseada no antagonismo das partes, é inevitável que pensemos sobre a perspectiva de que um lado é o correto e outro errado, desenvolvendo a disputa antagônica – como já temos citado anteriormente – que pode ocasionar o ódio e o desejo de eliminação de uma das partes. Por meio dessa perspectiva, aquilo considerado correto deve prevalecer sobre o errado, acreditando ser necessário a aniquilação do outro. Criando o dualismo do bom inquestionável e do mau corruptível. Essa dualidade gera a narrativa de que o bom representa a civilidade e o bom viver, enquanto o lado

XXV Este novo nome também indica o seu nome original, que existia antes do rótulo social, contudo, a essa questão do reconhecimento e da formação da identificação não é a nossa problemática inicial, por esse motivo não adentraremos nela, contudo desejamos retornar a ela posteriormente. Mas deixamos nossa recomendação do texto de Prado e Marques sobre o tema.

mau é a expressão do incivilizado e da má conduta (Rancière, 2014). É responsabilidade daqueles que detêm a verdadeira fonte de civilidade levá-la para aqueles que não a possuem, abolindo, assim, a má conduta, mesmo que seja preciso intervir de forma violenta.

Rancière não elevará o antagonismo a um fundamento da política democrática, mas se afastará da ideia^{XXVI} (Rancière, 2014). Na realidade, Rancière acredita que a base do litígio social está na relação (Rancière; Panagia; Bowlby, 2001) e na disputa das partes em serem reconhecidas como integrantes participativos e igualmente ativos, não em uma sobreposição de uma camada sobre a outra, caso contrário, a política não afetaria a estrutura em valor, mas haveria apenas redistribuição policial e uma nova recontagem e, por consequência, um novo erro^{XXVII}.

Como afirmado anteriormente, entende-se a percepção de Rancière em relação a política transcende o campo ontológico, mas encontra-se na questão ocasionalista, pois ele ativamente produz uma mudança que buscaria eliminar o erro. Contudo, Rancière não cai na falácia utópica, porque entende que a política é um processo contínuo e progressivo junto do desenvolvimento social das estruturas governamentais (Rancière, 2021). Desta forma, Rancière busca desenvolver um método para analisar como ocorre o processo ocasionalista e materialista da política

XXVI Partindo desse princípio, já é possível observar o afastamento de Rancière para com alguns pensadores marxistas ortodoxos, que enxergavam na disputa agressiva e na fundamentação da ditadura de um proletariado uma maneira correta de instalar o socialismo. Como um exemplo, o pensamento de Lênin (1870–1924) e sua visão sobre como deve ser feita a instauração de um comunismo ortodoxo.

XXVII A questão da política como um processo cíclico não é uma concepção exclusiva de Rancière, na realidade ela está em consonância com o pensamento de Chantal Mouffe. Segundo Mouffe (2021, n.p.): “Isso de alguma maneira pode explicar um pouco o que está acontecendo hoje, a rejeição e o descrédito dos partidos tradicionais e da velha política, porque as pessoas tiveram essa esperança de que depois foi frustrada. Isso acentuou uma atitude negativa em relação às instituições no movimento social. Mas nem tudo é negativo. Não é uma situação na qual é preciso começar do nada. É verdade que é difícil reabrir a janela de oportunidade aberta pelo processo de paz e que foi fechada durante o último governo. Mas já existem sementes de algo novo. E, afinal, assim é a política: avanço, retrocesso, avanço, retrocesso”. Contudo, a pensadora inglesa também direciona críticas à concepção radical de Rancière sobre a democracia e seu método materialista da política.

(Deranty, 2003). Ele identifica que a melhor maneira de compreender essas características da política é estabelecendo a democracia como a manifestação da política do dissenso.

Ao falar de uma sociedade pós-democrática, também se fala de uma estrutura que busca superar o dissenso e o desentendimento, que se apoia sobre o conceito de um consenso universal, a superação da estrutura arcaica da velha política pela ascensão do pensamento político contemporâneo estabelecido sobre o ‘dinamismo’ do consenso (Rancière, 2021). Contudo, essa proposta, por mais que narrativamente seja agradável, tem por objetivo anular a possibilidade de questionamento das distribuições e reivindicações por parte daqueles que sofrem com o afastamento e não reconhecimento.

Inicialmente discutiremos a seguinte questão, o que é o consenso universal? Este conceito se refere à abolição da problemática existência do *dissenso*, ou seja, busca-se eliminar a possibilidade de que ocorra um confronto de perspectivas identitárias, confrontos esses que provocam o *desentendimento* (Rancière, 1995).

Dessa forma, ao eliminar a probabilidade de ocorrência dos embates conceituais e identitários, também é eliminado o dissenso e a empatia, ou seja, o dissenso agonístico. O dissenso agonístico é formado dentro da disputa a favor de ambas as visões, sem a rejeição do valor individual de ambas as afirmações. Contudo, quando a discussão se inicia do consenso imposto e não do dissenso entre as partes, sem que ocorra uma disputa entre as perspectivas, não haverá uma concordância ou resultado. Essa cauterização ideológica é estruturada a partir da imposição do *ethos* social, este que é característico das estruturas organizacionais oligárquicas apolíticas contemporâneas (Rancière, 1995).

O pensador direciona sua crítica às estruturas de uma pós-democracia sem um dissenso, ou seja, sem o litígio social ou sem a própria democracia. Segundo Rancière, 1995 :

A pós-democracia é a prática governamental e a legitimação conceitual de uma democracia de depois do

demos, de uma democracia que liquidou a aparência, o erro na conta e o litígio do povo, redutível portanto ao jogo único dos dispositivos de Estado e das composições de energias e de interesses sociais. A pós-democracia não é uma democracia que encontrou no jogo das energias sociais a verdade das formas institucionais. É um modo de identificação entre os dispositivos institucionais e a disposição das partes e das parcelas da sociedade apta a fazer desaparecer o sujeito e o agir próprio da democracia. É a prática e o pensamento de uma adequação, sem resto, entre as formas do Estado e o estado das relações sociais (Rancière, 1996, pp. 113-114)^{XXVIII}.

O conceito de uma pós-democracia busca abolir todo conflito e alcançar a formação de uma sociedade ideal, é uma percepção que se relaciona com a ideia de uma utopia social, uma projeção perfeita, porém irreal e não funcional da sociedade (Rancière, 2021). Rancière é claro em destacar como a abolição dessa possibilidade de espaço para um conflito é, ao contrário do senso comum, um fator antipolítico, pois elimina a probabilidade da existência da política. Quando se fala de política, também se fala de espaço, e falar de espaço é falar de um jogo estético, um jogo dentro de um espaço ao qual todo e qualquer indivíduo pode participar, sem que seja necessário pertencer a um ‘determinado grupo’ (Rancière, 2011). Desta forma, o conceito estético é natural da própria política, pois ela é reconhecida como o palco da manifestação dessa natureza, na qual cada participante manifesta o seu papel ou nome social (Rancière, 1995). Eliminar o espaço estético da prática política é eliminar a política.

XXVIII No original: “*La post-démocratie, c’est la pratique gouvernementale et la légitimation conceptuelle d’une démocratie d’après les démos, d’une démocratie ayant liquidé l’apparence, le mécompte et le litige du peuple, réductible donc au seul jeu des dispositifs étatiques et des compositions d’énergies et d’intérêts sociaux. La post-démocratie n’est pas une démocratie ayant trouvé dans le jeu des énergies sociales la vérité des formes institutionnelles. C’est un mode d’identification entre les dispositifs institutionnels et la disposition des parties et des parts de la société propre à faire disparaître le sujet et l’agir propre de la démocratie. C’est la pratique et la pensée d’une adéquation sans reste entre les formes de l’État et l’état des relations sociales*” (1995, pp. 142-143).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço de ação da política é o espaço para interpretar, atuar e representar a subjetividade dos indivíduos. Esse espaço é um local no qual mundos diferentes são postos em oposição dentro do espaço comum (Rancière, 2011)^{XXIX}. A política necessita dessa relação das partes sobre um palco social para existir, pois política é uma ação participativa. Ao lutar contra a sua natureza estética^{XXX}, também se luta contra a própria política. Rancière pensa a política além da estrutura assimilada pelo senso comum e pelo tradicionalismo, como um conjunto de regras ou normas que sustentam a estrutura hierárquica social. Rancière afasta a ideia de que a política é ontológico, metafísico e filosófico^{XXXI}. A política é uma ação humana e causal, é um espaço para que todo e qualquer agente possa participar e ter voz ativa. Prática que tem sido questionada e antagonizada nas estruturas contemporâneas. Fato esse que estruturou a crítica de Rancière contra essas estruturas, a ponto de serem compreendidas como estruturas oligárquicas *apolíticas*.

XXIX Conforme descreve Rancière a relação do conflito entre mundos: “*What I mean is that politics, rather than the exercise of power or the struggle for power, is the configuration of a specific world, a specific form of experience in which some things appear to be political objects, some questions political issues or argumentations and some agent’s political subjects. I attempted to redefine this ‘aesthetic’ nature of politics by setting politics not as a specific single world but as a conflictive world: not a world of competing interests or values but a world of competing worlds*” (2011, p. 7).

XXX O caráter estético da política é parte central do tema rancieriano de estética-política, contudo, dado o espaço e a ideia original que é trabalhar os conceitos de democracia, dissenso e desentendimento em Rancière, optamos por focar na ação política, apresentando superficialmente a questão estética, contudo, desejemos retornar a essa discussão posteriormente em um texto focado neste tema.

XXXI Todos esses adjetivos nada mais são que pontos de desestruturação da ação política; contudo, não é que a política não tenha espaço para transitar por essas áreas, mas, sim, que a percepção do indivíduo entre essas áreas pode ocasionar falhas e abandonos de pontos característicos dos agentes sociais, pois o principal problema de análise da política é distinto da filosofia da política. Contudo não adentraremos nesse tema neste trabalho, pois há fortes críticas ao pensamento de Rancière sobre essa afirmação. Buscamos voltar a essa discussão futuramente.

A política em Rancière (2011) é pensada com uma relação intrínseca com a estética, ou, com a participação e representação dos sujeitos no espaço de manifestação política, pois, a esfera estética também é um espaço no qual a política encontra liberdade de ação. É necessário voltarmos a atenção para aquilo que Rancière entende como a ideia estética na política, a relação do contato do sensível humano em conjunto à questão da partilha dos indivíduos e seu caráter estético como princípio da ação política, ou a partilha do sensível como entende o autor.

Rancière (2016) defende a partilha do sensível como o ponto de conexão entre os homens, fato esse que os conecta com as manifestações estéticas, ou seja, um símbolo ou ídolo que detém em si certo significado, pois é o resultado de uma concordância^{XXXII}, como exemplo, o conceito de nação, que é simbólico. A estética na política é formação de espaço para participação dos agentes.

A partilha do sensível é entendida como o fio que conecta os campos da estética e política. A leitura compartilhada do sensível dá sentido para as narrativas e as tornam um objeto de análise no ato político. A nossa leitura do conceito se dá a partir da seguinte compreensão, a partilha do sensível, ou seja, a característica de leitura da lógica^{XXXIII} estética, proporciona a compreensão dos significados simbólicos que as ações, discursos e expressões carregam consigo.

Quando um agente apresenta uma fala no meio social como o representante de um grupo, ele os representa em esfera material e sensível,

XXXII É importante estarmos atentos que a discussão sobre a relação da política e da estética já era um objeto de análise no pensamento marxista, passando através dos ortodoxos, os pensadores do austro marxistas, os pensadores neo kantianos e os pensadores da escola de Frankfurt. Dessa forma, Rancière acaba por dialogar com toda essa herança filosófica quando retrabalha esse tema. Contudo, não há tempo nem espaço para nos aprofundarmos neste tema, no momento. Desejamos retornar a ele posteriormente.

XXXIII Rancière, na obra *Aesthesis* (2011), afirma que o regime estético possui a sua própria estrutura lógica de compreensão, contudo, essa questão se apresenta de forma extensa e requereria maior espaço e atenção no texto, por esse motivo acreditamos não trabalhar essa ideia no momento, mas desejamos retornar a essa discussão futuramente.

enquanto os que ouvem sua fala o percebem em ambos os campos. Segundo Rancière (2009, p. 18): “Esse regime estético da política é propriamente a democracia, o regime das assembleias de artesãos, das leis escritas intangíveis e das instituições teatrais”. Está no cerne da participação estética da política e da partilha do sensível, a ligação entre os agentes políticos, como atores e ouvintes, em um mesmo espaço compartilhado de ação e reivindicação. Este fenômeno, Rancière chamou de democracia, e no seu interior está a ação agonística do *dissenso* e do *desentendimento*.

Contudo, Rancière (2005) afirma que a democracia começou a perder esse caráter conflituoso nas estruturas contemporâneas, essas agora estão mais próximas de um regime oligárquico, tornando-se cada vez mais *apolíticas*, pois rejeitam a validade da disputa e anulam o caráter representativo-sensível, buscando impor um consenso ético. O ponto vermelho de alerta na filosofia de Rancière é de que as estruturas políticas contemporâneas estão desenvolvendo sujeitos que buscam o afastamento e a desestruturação da democracia, sendo convencidos de que a prática política é incômoda à estrutura da ordem. Resultando em um desinteresse pelo meio político, abrindo o espaço, que antes era da participação pública dos agentes, para ser ocupado pelas estruturas de domínio e alienação social para que não exista uma alteração do *status quo*, por consequência, uma sociedade estática e contrária ao princípio conflituoso da democracia.

REFERÊNCIAS

ARDITI, Benjamin. Fidelity to disagreement: Jacques Rancière's politics without ontology. In: RANCIÈRE, Jacques. *Distributions of the Sensible: Rancière, Between Aesthetics and Politics*. [S.l.]: Northwestern University Press, 2019, pp. 53-78.

DERANTY, Jean-Philippe. Jacques Rancière's contribution to the ethics of recognition. *Political Theory*, v. 31, n. 1, p. 136-156, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3595663>. Acesso em: 03 dez. 2023.

MAGALHÃES, Fernando. O passado ameaça o futuro: Tocqueville e a perspectiva da democracia individualista. *Tempo Social*, v. 12, n. 1, p. 141-164, 2000. DOI: 10.1590/S0103-20702000000100008.

MORIN, Edgar. “Maio de 68 é algo como um momento simbólico de crise da civilização”. Entrevista concedida a Michel Wieviorka. Trad. Cepat. *Clarín – Revista Ñ*, 14 maio 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578855-maio-de-68-e-algo-como-um-momento-simbolico-de-crise-da-civilizacao-entrevista-com-edgar-morin>. Acesso em: 11 nov. 2023.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

PRADO, M. A. M.; MARQUES, A. C. S. O povo como categoria política no pensamento de Jacques Rancière e Ernesto Laclau. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 1, p. 28-49, 2021. DOI: 10.5433/2176-6665.2021v26n1p28.

RANCIÈRE, Jacques. L'immigré et la loi du consensus. *Le Débat*, 12 jul. 1993. (Philosophe. Dernier ouvrage paru: *Les Noms de l'histoire*). Disponível em: <https://www.bok.net/pajol/debat/presse/libe/ranciere0.html#auteur>. Acesso em: 03 jan. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. *La méfiance*. Paris: Éditions Galilée, 1995.

RANCIÈRE, Jacques; PANAGIA, Davide; BOWLBY, Rachel. Ten theses on politics. *Theory & Event*, v. 5, n. 3, p. 1-33, 2001. DOI: 10.1353/tae.2001.0028.

RANCIÈRE, Jacques. *La haine de la démocratie*. Paris: La Fabrique Éditions, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *Moments politiques: interventions 1977–2009*. Paris: La Fabrique Éditions, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *La nuit des prolétaires: archives du rêve ouvrier*. Paris: Fayard, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. Jacques Rancière: nossos governos estão se tornando oligárquicos. [Entrevista]. Trad. Louisa Antônia León. *Philosophie Magazine*, 13 fev. 2014. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/170-noticias/noticias-2014/528270-jacques-ranciere-nossos-governos-estao-se-tornando-oligarquicos>. Acesso em: 11 nov. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. Como sair do ódio? Uma entrevista com Jacques Rancière. Entrevista concedida a Eric Aeschimann. *Le Nouvel Observateur*, 7 fev. 2016; reproduzida em Blog da Boitempo, 10 maio 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/185-noticias/noticias-2016/554939-como-sair-do-odio-uma-entrevista-com-jacques-ranciere>. Acesso em: 11 dez. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. *On the Shores of the Politics*. Trad. Liz Heron. [S.l.]: Edition Osiris; Verso, 2021.

SCHAAP, Andrew. Inequality, loneliness, and political appearance: picturing radical democracy with Hannah Arendt and Jacques Rancière. *Political Theory*, v. 49, n. 1, p. 28-53, 2021. DOI: 10.1177/0090591720920215.

Recebido em 06 de janeiro de 2025

Aprovado em 18 de julho de 2025

Publicado em 26 de setembro de 2025